

voke

Voque S.A.

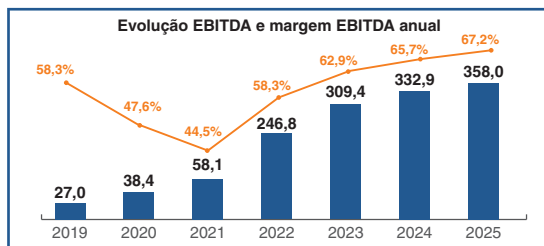
CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração

Em síntese, em 2025 a Companhia avançou de forma consistente na execução de seu plano estratégico, mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por elevada volatilidade e condições de crédito mais restritivas. Entregamos crescimento além de nosso potencial, uma vez que o mercado endereçável é muito grande e ainda sub-explorado; por outro lado, focamos em disciplina financeira e redução de custos, priorizando crescimento sustentável com rentabilidade e entregas de projetos importantes ao longo do ano, reforçando a solidez do modelo de negócios e a capacidade de adaptação da Companhia. Encerramos o ano de 2025 com receita bruta de R\$ 589,1 milhões, crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2024. Ao compararmos 4T25 versus 4T24, houve uma pequena redução, impactado principalmente pela receita de Seminovos. A receita líquida de 2025 atingiu R\$ 533 milhões, 5,1% acima de 2024.

Esse desempenho reforça a evolução consistente da nossa performance operacional e evidencia a efetividade das iniciativas estruturais implementadas ao longo dos últimos anos, com investimentos em tecnologia e automação para tornar os fluxos de atividades mais ágeis e as estruturas de times mais eficientes. Em resumo, temos conseguido fazer mais, com menos.



Como exemplos, fizemos investimentos relevantes em tecnologia, armazéns e operações desde 2020, e a redução da margem EBITDA à época foi causada, propositalmente, pelo aumento estratégico e planejado dessas despesas gerais e administrativas; estes investimentos agora estão sendo concluídos (ao longo de 2024, 2025 e 2026) o que permitiu que tivéssemos menos despesas fixas e maior eficiência operacional. Ao longo de 2025, concluímos também a integração das aquisições realizadas em 2024. Nossas Despesas comerciais, gerais e administrativas sobre Receita Líquida evoluíram de 23,4% em 2024, para 21,3% em 2025. Conseguimos integrar sistemas de diferentes áreas e CNPJs, decomissionando sistemas legados e reduzindo o custo com licenças. Também temos capturado economias com a implementação de iniciativas de inteligência artificial generativa, em áreas como marketing, jurídico e atendimento ao cliente; ainda assim, acreditamos que estamos ainda no começo, e que há inúmeras possibilidades que ainda não exploramos. Em 2025, otimizamos o número de armazéns, reduzindo a quantidade de unidades, o que se traduziu em mais equipamentos por metro quadrado. Também deixamos nossos processos mais simples, mantendo a centralidade no cliente – ao longo do ano, evoluímos em Qualidade e o SLA de atendimento a clientes melhorou, mesmo com a redução do custo de servir o cliente (COS) – nosso COS tem melhorado ao longo do ano, e conseguimos atender mais clientes e uma base de ativos maior, com menor custo operacional. Como consequência da nossa qualidade, renovamos e/ou estendemos contratos com nomes relevantes da nossa base de clientes. Também trouxemos “novos logos”, como Agibank, Sotrex, Defensorias Públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, Ocyan entre outros. Ainda assim, priorizamos nossa base de clientes – em alguns casos, inclusive, conquistamos clientes de concorrentes. Temos focado em contratos rentáveis, e por isso nosso yield mensal (mensalidade/valor do equipamento) tem subido de forma vigorosa, estando acima de 6% em novas vendas realizadas ao final de 2025. Nossos esforços em crescimento sustentável, e os investimentos para garantir a escalabilidade criaram uma ótima capacidade de servir o cliente, e por isso a Voque é sempre lembrada por clientes e potenciais novos clientes. Também investimos muito para criação de awareness – em 2025, fizemos muitos esforços em marketing, com a visão de ser uma empresa top of mind em tecnologia: anunciamos em rádio e TV; patrocinamos um time de futebol; investimos em branding em diferentes frentes, desde influenciadores digitais, a canais do Youtube. Com isso, temos uma forte demanda comercial. Um dos principais movimentos estratégicos que fizemos em 2025 foi a evolução de nossa área de serviços de TI – começamos a divulgar mais, e vender projetos de serviços “standalone”, isto é, serviços que não incluem a locação do equipamento de TI. Essa linha de negócio ainda é pequena dentro do total da Companhia, mas tem crescido de forma consistente – além de ser uma demanda de nossa base de clientes, é uma forma de gerar caixa sem a necessidade de investimentos em Capex. O conceito de “one-stop-shop” tem sido cada vez mais demandado pelo mercado, e a Voque está bem posicionada para atender essa demanda. Poderíamos estar crescendo mais, mas preferimos garantir disciplina financeira. Por isso, reduzimos nossos investimentos em Capex em 2025, e temos priorizado manutenção de caixa para garantir liquidez, principalmente no curto prazo. No final de 2025, a Companhia realizou a captação de R\$ 353 milhões, por meio da emissão de debênture privada, e também com a captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal; com os recursos, realizamos o pré-pagamento da 3ª Nota Comercial – uma emissão mais antiga e com overcollateral –, e também fizemos reforço de caixa. A posição de Caixa e Equivalentes e aplicação

financeira ao final de 2025 atingiu R\$ 195,6 milhões, reforçando a liquidez em um momento ainda incerto do ponto de vista macroeconômico. Nossa alavancagem no 4T25 atingiu 3,35x, distante do covenant de 4x, o mais comum entre as dívidas da Companhia. Temos trabalhado para reduzir ainda mais nossa alavancagem. Além disso, trabalhamos para manter boa bancabilidade – temos linhas de crédito pré-aprovadas, como R\$ 50 milhões junto ao BNDES; também tivemos cadastro aprovado no FINEP e estamos trabalhando em projeto para captação de recursos junto à entidade. Em 2025, trabalhamos mais ativamente junto a bancos de desenvolvimento. Temos discutido, também, de forma recorrente, novas emissões de dívida junto ao mercado. A Companhia permanece comprometida em crescer de forma sustentável, inovar e assegurar sua longevidade financeira no longo prazo. Seguimos direcionando esforços para ampliar margens por meio de vendas mais rentáveis, redução de custos e despesas, além da condução de uma agenda contínua de liability management. Em atendimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), especificamente ao disposto no art. 133, § 6º, incluído pela Lei nº 15.177, de 2025, a Voque presta as seguintes informações:

1 – Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico

Nível	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Diretor	2	33%	2	40%
Gerente	13	43%	21	43%
Coordenador	24	57%	30	58%
Supervisor	16	53%	21	54%
Especialista	2	29%	2	18%
Team Leader	17	41%	21	44%
Executivo de Vendas	19	54%	24	45%
Comprador	2	50%	3	60%
Analista	103	57%	133	60%
Técnico	6	5%	4	3%
Assistente	63	52%	84	56%
Auxiliar	–	0%	1	20%
Total	267	42%	346	45%

2 – Mulheres no conselho da companhia

Nível	2025		2024	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Board	–	0%	–	0%

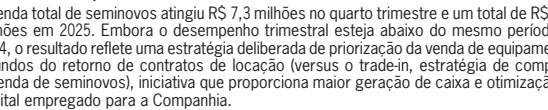
3 – Demonstrativo de remuneração fixa por sexo em cargos equivalentes

Categoria funcional	2024		2025	
	Razão do salário-base	Razão do salário-base	Razão do salário-base	Razão do salário-base
Diretor	1,29	1,2	1,29	1,2
Gerente	0,93	0,93	0,93	0,93
Coordenador	0,82	1,03	0,82	1,03
Supervisor	0,94	0,9	0,94	0,9
Especialista	1,37	1,14	1,37	1,14
Team Leader	1,02	0,99	1,02	0,99
Executivo de Vendas	1,08	0,86	1,08	0,86
Comprador	0,91	0,92	0,91	0,92
Analista	1,04	1,04	1,04	1,04
Técnico	1,03	1,19	1,03	1,19
Assistente	1,17	1,04	1,17	1,04
Auxiliar	1,95	0,84	1,95	0,84

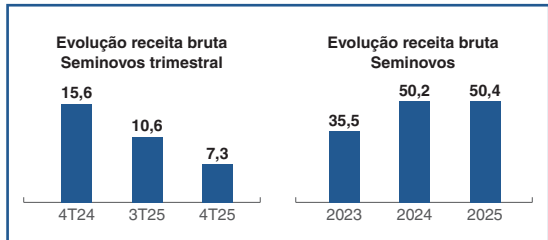
Nenhuma de nossas conquistas teria sido possível sem o trabalho e a dedicação de nosso time. Agradecemos aos nossos colaboradores por todo o trabalho realizado no ano de 2025. Nosso obrigado, também, aos nossos stakeholders pela confiança e parceria ao longo de nossa trajetória.

A Administração

(em R\$ milhões)

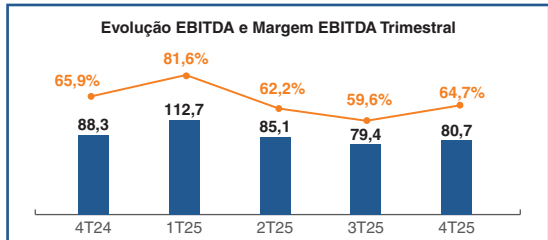


A venda total de seminovos atingiu R\$ 7,3 milhões no quarto trimestre e um total de R\$ 50,4 milhões em 2025. Embora o desempenho trimestral esteja abaixo do mesmo período de 2024, o resultado reflete uma estratégia deliberada de priorização da venda de equipamentos oriundos do retorno de contratos de locação (versus o trade-in, estratégia de compra e revenda de seminovos), iniciativa que proporciona maior geração de caixa e otimização do capital empregado para a Companhia.



(em R\$ milhões)

O EBITDA alcançou R\$ 80,7 milhões no trimestre e R\$ 358,0 milhões no acumulado do exercício, um crescimento de 6,2% em relação ao ano anterior, refletindo uma margem operacional de 67,2%, a mais elevada da história da Companhia. Cabe destacar que o resultado de 2025 contempla R\$ 11,0 milhões em créditos fiscais extemporâneos, cujo efeito positivo já está refletido no fluxo de caixa da Voque. O gráfico a seguir apresenta a evolução trimestral do EBITDA:



(em R\$ milhões)

Ativo	Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Controladora			Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	154.810	152.184	158.368	158.041	158.041
Aplicações financeiras	5.1	37.256	30.697	37.256	30.697	30.697
Contas a receber de clientes	6.1	94.600	87.458	124.662	125.660	125.660
Estoques	7.1	1.018	1.058	8.173	13.936	13.936
Adiantamentos a fornecedores		3.902	835	4.747	1.858	1.858
Impostos a recuperar		13.116	9.705	17.044	18.357	18.357
Despesas antecipadas		6.558	2.060	6.672	2.114	2.114
Adiantamentos a funcionários		416	457	452	500	500
Outros ativos	8.1	61.419	22.796	61.934	30.983	30.983
Total dos ativos circulantes		373.095	307.250	419.308	382.146	382.146
Não circulante						
Contas a receber de clientes	6.1	2.380	2.380	25.670	20.416	20.416
Impostos a recuperar		8.387	7.750	9.509	8.766	8.766
Depósitos judiciais e cauções		1.013	912	1.279	1.215	1.215
Despesas antecipadas		11.144	255	11.152	255	255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	–	3.242	–	2.799	2.799
Ativo de indenização	18.1	25.827	65.271	25.827	65.271	65.271
Instrumentos derivativos ativo	3.2.1	–	–	–	1.299	1.299
Outros ativos	8.1	86.785	51.737	27.638	41.247	41.247
Total do realizável a longo prazo		135.536	131.547	101.075	141.268	141.268
Investimentos	9.1.1	190.974	253.135	–	–	–
Imobilizado	10.1	697.844	680.176	849.090	825.582	825.582
Direito de uso	12.1	5.954	14.819	6.547	16.280	16.280
Intangível	11.1	184.022	160.253	248.785	244.110	244.110
Total dos ativos não circulantes		1.214.330	1.239.930	1.205.497	1.227.240	1.227.240
Total do ativo		1.587.425	1.547.180	1.624.805	1.609.386	1.609.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Passivo e patrimônio líquido	Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Controladora			Consolidado		
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.1	342.663	255.225	346.540	263.650	263.650
Instrumentos derivativos passivo	3.2.1	220	38	254	38	38
Fornecedores	13.1	37.341	56.872	52.069	77.204	77.204
Obrigações tributárias		8.589	5.599	9.358	6.762	6.762
Imposto de renda e contribuição social		–	–	2.091	2.282	2.282
Obrigações trabalhistas e sociais a pagar	15.1	19.063	14.975	20.500	16.795	16.795
Passivo de arrendamento	12.2	3.330	6.712	3.563	7.458	7.458
Aquisição de controladas a pagar	16.1	56.648	40.739	56.648	40.739	40.739
Outras obrigações a pagar	17.1	34.884	20.386	21.611	16.432	16.432
Total dos passivos circulantes		502.738	400.546	512.634	431.360	431.360
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.1	929.486	848.723	929.486	852.447	852.447
Passivo de arrendamento	12.2	3.676	10.130	4.036	10.794	10.794
Obrigações tributárias		494	1.855	494	1.855	1.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	–	–	–	11	11
Provisão para contingências	18.1	25.652	64.956	25.780	64.975	64.975
Aquisição de controladas a pagar	16.1	53.797	88.050	53.797	88.050	88.050
Dividendos a pagar		–	–	26.971	26.971	26.971
Outras obrigações a pagar	17.1	4.414	19.394	4.428	19.408	19.408
Total dos passivos não circulantes		1.017.519	1.033.108	1.045.003	1.064.500	1.064.500
Patrimônio líquido						
Capital social	20.1	105.671	105.671	105.671	105.671	105.671
Transações de capital com os sócios		(7.527)	(7.527)	(7.527)	(7.527)	(7.527)
Reserva legal		–	1.136	–	1.136	1.136
Ajustes de avaliação patrimonial		(56)	952	(56)	952	952
Reserva de lucros		–	13.294	–	13.294	13.294
Prejuízos acumulados		(30.920)	–	(30.920)	–	–
Total do patrimônio líquido		67.168	113.526	67.168	113.526	113.526
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.587.425	1.547.180	1.624.805	1.609.386	1.609.386

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)	Controladora						Consolidado					
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receitas líquidas	22.1	418.251	416.301	532.959	506.909	–	–	–	–	–	–	
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(186.717)	(175.698)	(244.768)	(220.061)	–	–	–	–	–	–	
Lucro bruto		231.534	240.603	288.191	286.848	–	–	–				

... continuação **Voke S.A.**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais					
(Prejuízo) Lucro do exercício antes dos impostos de renda e contribuição social		(29.052)	33.082	(20.291)	40.247
Ajustes de receitas e despesas que não afetam caixa e equivalentes:					
Depreciação e amortização	9.1, 10.1 e 11.1	125.669	107.374	147.031	121.383
Amortização de arrendamentos	12.1	6.732	7.543	7.742	8.395
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(15.462)	(15.551)	-	-
Compra vantajosa	23	(20.657)	(29.520)	(20.657)	(29.520)
Resultado na venda do ativo imobilizado	10.1	11.161	18.151	14.041	23.416
Ganho (Perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6.2	1.264	(86)	4.729	612
Varição cambial	14.2	-	510	-	510
Juros provisionados sobre empréstimos, dívida de aquisição de controladas, arrendamentos e empréstimos com ex-acionistas	24	232.221	179.250	233.594	181.291
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	24	1.253	485	1.981	627
Juros aplicações financeiras e mútuos		(22.585)	(28.056)	(22.636)	(28.611)
Créditos extemporâneos	23	(9.740)	(683)	(10.853)	(6.353)
Provisão para contingências		163	-	281	151
Outras movimentações que não afetam caixa		(833)	93	(835)	96
(Aumento) redução de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		(5.536)	(1.478)	(8.985)	(16.426)
Estoques		40	(637)	5.763	(765)
Adiantamentos a fornecedores		(3.060)	379	(2.889)	1.609
Impostos a recuperar		9.581	2.461	11.423	1.025
Outros ativos		(1)	11	619	1
Despesas antecipadas		(15.387)	(260)	(15.455)	(288)
Adiantamento a funcionários		52	6	48	30
Depósitos judiciais e cauções		(10)	(398)	(64)	(434)
Fornecedores		(20.181)	37.434	(25.135)	50.421
Obrigações trabalhistas		4.088	(632)	3.705	(2.018)
Outras obrigações a pagar		2.396	(4.458)	2.274	(5.590)
Obrigações tributárias		1.827	1.037	1.567	623
Aquisições de itens do ativo imobilizado para locação	10.1	(88.982)	(158.121)	(157.387)	(195.530)
Pagamento de provisão de reestruturação		(24)	-	(33)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(741)	-	(9.051)	(6.804)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		164.196	147.936	139.908	138.716
Atividades de investimento					
Aquisição de investimentos líquido de caixa adquirido		3.730	(64.291)	-	(62.707)
Recebimento de mútuo com partes relacionadas		13.269	-	13.269	-
Mútuos com partes relacionadas		(58.361)	(17.227)	(20.210)	(11.274)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	10.1	(114)	(1.409)	(1.053)	(1.982)
Aquisições de itens do ativo intangível	11.1	(9.216)	(13.281)	(10.159)	(16.674)
Aplicações financeiras, líquida de resgate		5.625	(3.621)	5.676	(3.066)
Aumento de capital em controladas		(838)	(25.130)	-	-
Dividendos recebidos de controladas		9.764	-	-	-
Pagamentos por aquisição de controladas	16.2	(23.100)	(33.600)	(23.100)	(33.600)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		(69.005)	(148.795)	(35.577)	(129.303)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros	14.2	542.494	702.333	542.494	710.466
Instrumentos financeiros derivativos		(1.071)	(1.281)	(1.738)	(1.420)
Pagamento de duplicatas descontadas		-	-	-	(2.946)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures com terceiros	14.2	(369.119)	(464.468)	(377.652)	(475.427)
Juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos pagos	12.2, 14.2 e 16.2	(232.639)	(163.686)	(233.751)	(166.325)
Pagamentos de arrendamento mercantil		(7.703)	(6.644)	(8.662)	(7.547)
Pagamento de empréstimos com antigos acionistas	17.1	(11.238)	(8.822)	(11.238)	(8.822)
Dividendos pagos	20.4	(13.289)	(8.100)	(13.289)	(8.100)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		(92.565)	49.332	(103.836)	39.879
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		-	-	(168)	108
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.626	48.473	327	49.400
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.1	152.184	103.711	158.041	108.641
Caixa e equivalentes de caixa no encerramento do exercício	5.1	154.810	152.184	158.368	158.041
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		2.626	48.473	327	49.400

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Voke S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Voke"), é uma Companhia aberta de capital fechado, com sede na Av. Guido Caloi nº 1.985, Galpão 23, Bairro Jardim São Luis, São Paulo-SP, com filiais em Belo Horizonte-MG, Fortaleza-CE e Rio de Janeiro-RJ. A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como atividade a prestação de serviços de infraestrutura de tecnologia, incluindo a locação de equipamentos de tecnologia da informação, o conserto e manutenção de equipamentos, o comércio varejista de equipamentos da área de informática e eletrônicos, e a realização de serviços de suporte de tecnologia. Como consequência e visando a consecução das atividades de locação, o Grupo compra equipamentos novos e realiza a locação destes em contratos tanto de longo prazo, superiores a 12 meses, quanto de curto prazo, inferiores a 12 meses. Ao final da sua vida econômica de locação, o Grupo realiza a venda dos equipamentos para pessoas físicas e jurídicas, após processo de reforma e formatação destes. Em complemento, o Grupo também realiza serviços de tecnologia em geral, como help desk, body shop, e a revenda de licenças de softwares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de aluguel contratada com seus clientes foi de R\$ 1.021.028. A carteira, com mais de 2000 clientes de todo o Brasil, apresenta baixa concentração, sendo que o cliente com maior representatividade corresponde por menos de 8% do total contratado. Essa diversificação reduz a dependência de clientes específicos e contribui para a previsibilidade da realização da receita futura, mesmo considerando os riscos de inadimplência previstos na política de crédito da Companhia. Além da geração de caixa operacional, a Administração considera a captação de novas dívidas, ao longo dos próximos doze meses, para fazer frente ao pagamento de juros e ao endividamento apresentado nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Adicionalmente, novos empréstimos estão considerados nas projeções com o objetivo de viabilizar investimentos em equipamentos de informática destinados à locação, bem como suportar a execução do plano de crescimento da Companhia. No que tange à captação de novas dívidas, a Companhia mantém linhas de crédito pré-aprovadas junto a bancos de primeira linha. A Companhia possui receitas contratadas no montante de R\$ 430,3 milhões para os próximos 12 meses. Esse volume, entretanto, ainda não está refletido na rubrica de Contas a Receber, em razão do regime de competência aplicável ao reconhecimento contábil dessas receitas. Considerando esse fluxo contratado, a Administração entende que a Companhia dispõe de recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras de curto prazo. **1.1. Relação de entidades controladas:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 incluem as operações da Controladora e das suas Controladas, cuja participação percentual nas datas dos balanços está assim resumida:

Razão social	País sede	% Participação direta	
		31/12/2025	31/12/2024
Voke Seminovos Ltda. ("Voke Seminovos" ou "Seminovos")	Brasil	100%	100%
Convex Locações de Produtos de Informática Ltda. ("Convex")	Brasil	100%	100%
Suprisul Locação e Serviço Ltda. ("Suprisul") (a)	Brasil	Incorporada	100%
CSI Loctech Ltda. ("CSI")	Brasil	100%	100%
Renter Informática Ltda. ("Renter")	Brasil	100%	100%
Atta Tecnologia S.A. ("Atta")	Brasil	100%	100%
VOKE USA, LLC ("Voke LLC")	Estados Unidos	100%	100%

(a) Em 01 de julho de 2025 a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a incorporação da Suprisul que ocorreu na mesma data, como parte do planejamento estrutural, e tem como objetivo promover benefícios de ordem administrativa e econômica, assim como a simplificação operacional e financeira no qual acarretará a redução de custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas sociedades. **1.2. Combinação de negócios:** **1.2.1. Aquisição Suprisul:** (i) **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Descrição	Balanco a valor justo 30/04/2024	Alocação no exercicio 2025	Balanco a valor justo 31/12/2024
Ativo circulante	12.497	-	12.497
Caixa e equivalentes de caixa	1.201	-	1.201
Contas a receber	2.476	-	2.476
Tributos a recuperar	2	-	2
Adiantamentos	22	-	22
Retiradas antecipadas de lucros	8.796	-	8.796
Ativo não circulante	72.856	11.432	84.288
Outros ativos	91	-	91
Ativo de indenização	14.860	-	14.860
Direito de uso	880	-	880
Imobilizado	36.795	-	36.795
Intangíveis	20.230	11.432	31.662
Carteira de clientes	19.605	-	31.037
Marca	625	-	625
Total do ativo	85.353	11.432	96.785

Descrição	Balanco a valor justo 30/04/2024	Alocação no exercicio 2025	Balanco a valor justo 31/12/2024
Passivo circulante	7.102	-	7.102
Fornecedores	1.302	-	1.302
Empréstimos e financiamentos	4.022	-	4.022
Obrigações trabalhistas	533	-	533
Obrigações tributárias	904	-	904
Passivo de arrendamento	341	-	341
Passivo não circulante	16.290	-	16.290
Empréstimos e financiamentos	891	-	891
Contingências	14.860	-	14.860
Passivo de arrendamento	539	-	539
Total líquido ao valor justo	61.961	11.432	73.393

(ii) **Compra vantajosa:** Como ocorre nas circunstâncias de apuração de um ganho com aquisição de um negócio, a Administração da Companhia apurou um valor de ganho com aquisição de negócios considerado e sujeito a eventuais ajustes dentro do período de mensuração. O resultado da compra vantajosa decorrente desta aquisição foi de R\$ 28.507, sendo o valor de R\$ 17.075 reconhecidos em 2024 e R\$ 11.432 em 2025 na linha de Outras receitas líquidas. Também foi reconhecido o imposto de renda e contribuição social diferidos,

Demonstrações do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	31/12/2025	31/12/2024	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	418.251	416.301	532.959	506.909		
Outras receitas	32.222	30.459	36.361	36.133		
(Perdas) Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.264)	86	(4.729)	(612)		
Total	449.209	446.846	564.591	543.430		
Insumos adquiridos de terceiros						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.568)	(21.236)	(43.616)	(44.456)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.769)	(47.224)	(66.371)	(61.414)		
Outras	(1)	(233)	(140)	(378)		
Total	(68.338)	(68.693)	(110.127)	(106.248)		
Valor adicionado bruto	380.871	378.153	454.464	436.182		
Depreciação e amortização						
Depreciações e amortizações	(132.401)	(114.917)	(154.773)	(129.778)		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	248.470	263.236	299.691	306.404		
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	15.462	15.551	-	-		
Receitas financeiras	24.816	29.693	26.220	32.520		
Total	40.278	45.244	26.220	32.520		
Total	288.748	308.480	325.911	338.924		
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta	58.332	68.739	73.463	84.017		
Benefícios	35.035	36.752	45.798	47.516		
F.G.T.S	17.873	26.760	21.170	30.349		
Total	111.240	132.251	140.431	161.882		
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	17.175	24.741	28.588	34.093		
Estaduais	472	407	626	464		
Municipais	1	1	2	11		
Total	17.648	25.159	29.216	34.568		
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	244.829	191.872	252.293	197.629		
Aluguéis	232.221	179.250	233.594	181.291		
Outras	1.036	1.215	2.143	1.638		
Total	478.086	372.337	488.030	380.558		
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos	(32.061)	22.710	(32.061)	22.710		
Lucros retidos do exercício	-	8.100	-	8.100		
Total	(32.061)	30.810	(32.061)	30.810		
Total	288.748	308.480	325.911	338.924		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

sendo o valor de R\$ 5.806 em 2024 e R\$ 3.887 em 2025 correspondendo ao valor de receita reconhecido em cada período. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Suprisul estão demonstrados a seguir:

Descrição	Balanco a valor justo 31/12/2024	Alocação no exercicio 2025	Balanco a valor justo 31/12/2025
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	61.961	11.432	73.393
Compra vantajosa	17.075	11.432	28.507
Mais/(Menos valia)	79.036	22.864	101.900
Imobilizado (i)	20.622	-	20.622
Intangíveis (ii)	20.230	11.432	31.662
Contingências (iii)	14.860	-	14.860
Ativo de indenização (iii)	(14.860)	-	(14.860)

(i) Ativos compostos majoritariamente por computadores e periféricos. (ii) Valor referente a marca e a carteira de cliente. (iii) A Companhia reconheceu na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, o valor total apurado de contingências possíveis no montante de R\$ 14.860. A Companhia também reconheceu valor referente ao ativo indenizatório para cobertura de valor equivalente ao dos riscos fiscais e trabalhistas contingentes, conforme previsto no contrato. O resultado do ganho por compra vantajosa na transação, deve-se ao fato da administração anterior não ter alcançado resultados operacionais positivos, associado ainda a dificuldade de se alavancar com taxas atrativas de modo a permitir investimentos na aquisição de novos equipamentos, combinado com a percepção de restrição/falta de interesses dos concorrentes neste negócio. A Companhia incorporou a controlada Suprisul em julho de 2025. **1.2. Aquisição CSI:** (i) **Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:** O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Descrição	Balanco a valor justo 31/12/2024	Alocação no exercicio 2025	Balanco a valor justo 31/12/2025
Ativo circulante	1.923	-	1.923
Caixa e equivalentes de caixa	(5)	-	(5)
Contas a receber	1.850	-	1.850
Tributos a recuperar	75	-	75
Outros ativos	3	-	3
Ativo não circulante	34.788	1.276	36.064
Ativo de indenização	3.777	-	3.777
Imobilizado	28.430	-	28.430
Intangíveis	2.581	1.276	3.857 </

... continuação		
Descrição	Balanco a valor justo 31/10/2024	Alocação no exercicio 2025
Ativo circulante	1.148	1.148
Caixa e equivalentes de caixa	52	52
Contas a receber	636	636
Outros ativos	460	460
Ativo não circulante	18.012	(5.549)
Imobilizado	2.166	2.942
Intangíveis	15.846	(8.491)
Carteira de clientes	15.846	7.355
Marca	-	121
Total do ativo	19.160	(5.549)
Balanco a valor justo 31/10/2024	19.160	(5.549)
Passivo circulante	511	511
Fornecedores	258	258
Obrigações tributárias	38	38
Imposto de renda e contribuição social	33	33
Obrigações trabalhistas	131	131
Outras obrigações a pagar	51	51
Passivo não circulante	-	-
Total líquido ao valor justo	18.649	(5.549)

(ii) **Agio:** A Companhia apurou um valor de agio com aquisição de negócios no montante de R\$ 5.549. Os valores de mais/menos valias alocados aos ativos e passivos da Alta estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	Alocação no exercicio 2025	31/12/2025
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	18.649	(5.549)	13.100
Agio	-	(5.549)	(5.549)
Mais/(Menos valia)	31/12/2024	Alocação no exercicio 2025	31/12/2025
Imobilizado (i)	-	2.942	2.942
Intangíveis (ii)	15.846	(8.491)	7.355

(i) Ativos compostos majoritariamente por computadores e periféricos. (ii) Valor referente a marca e a carteira de cliente. A Companhia tem a intenção de realizar a incorporação da controlada Renter no segundo semestre de 2026. **1.2.5. Mensuração a valor justo dos ativos identificados em combinação de negócios:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adotadas nas combinações de negócios foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Metodologia de avaliação
Imobilizado	Comparativo direto de dados de mercado e quantificação do custo: O modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível – Marcas	O método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deveriam ser evitados como resultado das marcas adquiridas.
Intangível – Carteira de Clientes	O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos de mensuração do intangível são:	% aa.
Premissas Suprissul	16,24%
Taxa de desconto nominal	3,11%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	3,47%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,47%
Premissas CSI	14,57%
Taxa de desconto nominal	4,20%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	3,59%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,59%
Premissas Atta	17,54%
Taxa de desconto nominal	3,92%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	3,59%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,59%
Premissas Renter	17,54%
Taxa de desconto nominal	3,90%
Taxa de realização anual de receita contratada (churn anual)	3,90%
Taxa de crescimento da receita no período de projeção	3,59%

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas IFRS): As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS@ *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC@ *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC@ *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.7.1. A emissão das demonstrações financeiras, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 30 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, e requerida pela legislação societária brasileira e pelo CPC 21 aplicáveis às empresas sob a forma jurídica de sociedade por ações, com capital aberto, e outras entidades que a lei assim estabelecer, sendo apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Moeda estrangeira:** Transação em moeda estrangeira: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para o real, que é a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado. **Operações no exterior:** Os saldos de ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio extraídas do site do Banco Central do Brasil, apuradas na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas como ajuste acumulado de conversão de balanço em outros resultados abrangentes em ajuste de avaliação patrimonial nas demonstrações do patrimônio líquido. **2.5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais foram mensurados pelo valor justo. **2.6. Mensuração a valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura o ativo com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em um

mercado ativo, para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da Companhia na Nota 3.2. **2.7. Uso de estimativas e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.7.1. Incertezas sobre premissas e estimativas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas, premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: i) Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados – Nota 19.1; ii) Imobilizado para locação (definição do valor residual e da vida útil) – Nota 3.1.5 e 10; iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida útil indefinida: principais premissas em relação aos valores recuperáveis – Nota 3.1.7 e 11; iv) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos – Nota 18.1; v) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos – nota explicativa 3.2.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **3.1.1. Base de consolidação: 3.1.1.1. Combinação de negócios:** Reconhecimento: Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer agio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável conforme nota explicativa 3.1.7. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **3.1.1.2. Consolidação: Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de investidas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Participação de acionistas não-controladores:** A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da investida, bem como, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias da data de aquisição, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.1.3. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de máquinas e equipamentos, prestação de serviços e pela venda de máquinas e equipamentos e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **3.1.4. Estoque:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte, seguro, manuseio e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições e local atual de venda. **3.1.5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é formado por dois grupos distintos, considerando os objetivos e a destinação dos itens, sendo: • Imobilizado para locação, os bens adquiridos e mantidos com o objetivo de obter rendas com locação e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços. • Imobilizado para uso, bens tangíveis utilizáveis por mais do que um ano e que sejam detidos para uso interno ou para fins administrativos. Ambos os grupos de ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis para alocar o ativo no cliente em condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, fato gerador do início da cobrança da locação, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os custos capitalizados, diretamente atribuíveis para alocar o ativo no cliente nas condições necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida, compreendem os eventos abaixo: a) Custos de benefícios aos empregados (ta) como definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a longo prazo decorrentes diretamente da preparação ou aquisição de item do ativo imobilizado; b) Custos de preparação das máquinas; c) Custos de frete e de manuseio (para recebimento e instalação); d) Custos de instalação e montagem; e) Custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente; e f) Honorários profissionais. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, com os respectivos valores residuais. Terrenos não são depreciados. A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo no mercado atual, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Todos os impactos na estimativa de recuperabilidade serão efeitos prospectivos a sua avaliação. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado de 2025 e 2024 da Companhia são:

Descrição	% – Taxa anual de depreciação 2025	% – Taxa anual de depreciação 2024
Edifícios	4%	4%
Veículos	20%	20%
Máquinas e Equipamentos	10%	10%
Computadores e periféricos	13%	13%
Móveis, utensílios e instalações	10%	10%
Equipamentos de comunicação	33%	33%
Sobressalente e ferramentas	20%	20%
Beneficiárias imóveis de terceiros	10%	10%

Valor residual: Abaixo estão apresentados por tipo de produto, os valores percentuais que a Companhia utiliza como valor residual. Este valor residual representa a estimativa de recuperabilidade/venda deste ativo ao final de sua vida útil de locação para clientes da Companhia.

Grupo de ativos	Residual 2025	Residual 2024
Desktop	2%	22%
Docking station	15%	15%
Monitor	10%	10%
Notebook e Netbook	25%	25%
Smartphone	15%	15%
Smartwatch	10%	10%
Tablet	15%	15%

Este valor é equivalente ao valor pago por ativos seminovos se comprados de terceiros. **3.1.6. Intangível: I) Agio:** O agio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Companhia. O agio de aquisições de Controladas é registrado como “ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O agio é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Os testes de impairment são realizados anualmente e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não podem mais ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do agio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de impairment o agio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o agio se originou. **II) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa ou custo, conforme incorridos. **III) Marcas e patentes:** Os gastos subsequentes com as marcas patentes, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, uma vez que não se consegue separá-los de outros gastos incorridos no desenvolvimento do negócio como um todo. As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. A amortização das marcas são mensuradas pelo método linear sobre a vida útil estimada. **IV) Contratos com clientes:** Os contratos com clientes adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento, carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada. **V) Amortização:** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. As taxas médias anuais ponderadas de amortização aplicadas para 2025 e 2024 foram:

Descrição	% – Taxa anual de amortização 31.12.2025	% – Taxa anual de amortização 31.12.2024
Licença de uso de software	50%	50%
Mais valia alocada	-	-
Carteira de clientes	13,3%	10%
Não competição	20%	20%
Marcas e patentes	10,6%	6,66%

3.1.7. Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (impairment): O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente. Em 31 de dezembro de 2025, a administração atualizou seus estudos e os resultados estão detalhados abaixo. **Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros:** Descrição: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda esperada do contas a receber através dos ratings de risco atrelados a cada cliente. Os ratings são classificados em quatro níveis, que variam de A até D, sendo os clientes classificados como rating A refletindo o melhor perfil de risco apurado e os clientes classificados com rating D refletindo o perfil de maior risco apurado. Os fatores qualitativos são monitorados mensalmente pelo departamento financeiro de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revisados a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera realizar recuperação significativa do valor baixado, no entanto, estes ainda podem estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Redução ao valor recuperável (impairment) – Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, ativos fiscais corretos e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor do ativo é testado anualmente. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxo de caixa futuro estimado, descontado à valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Administração considerou, em seus testes de valor em uso, orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade contemplando os períodos de dezembro de 2026 a dezembro de 2030. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a agio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia realizou o seu teste de impairment, conforme abaixo: a) **Ativo imobilizado operacional:** A Companhia fez avaliação sobre a existência de indícios de perda dos valores recuperáveis (impairment) dos ativos imobilizados, que incluem os ativos operacionais que geram receita de locação para a Companhia. A análise de indicativos observou não somente os impactos econômico-financeiros, mas também os valores atuais e esperados de mercado desses ativos e a geração de caixa pelos mesmos. A perda é calculada entre o maior valor recuperável entre o valor em uso e o valor justo menos despesas para vender o ativo. A Companhia não identificou indicativos de perda em seus ativos operacionais. b) **Ativos de vida útil indefinida:** A Companhia efetuou anualmente testes de impairment, atualizando os com as premissas, indicadores e expectativas mensuráveis atuais e não identificou perdas sobre os valores de agio contábeis. Os testes de impairment da Companhia considera a entidade Voke como sua única unidade geradora de caixa, denominada “UGC Voke”. As premissas-chave utilizadas nos cálculos desta UGC, do valor em uso em 31 de dezembro de 2025, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Premissa	%
Taxa de desconto nominal (WACC) líquido dos impostos	13,5%
Taxa de crescimento anual LAJIR (EBIT) – % (5 anos)	11,4%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,6%

Adicionalmente ao acima, as principais premissas foram: • Método de Fluxo de Caixa Descontado, com projeções realizadas com bases nas premissas operacionais disponibilizadas pela Administração; • Projeções dos fluxos de caixa desalavancados e em termos nominais, pelos próximos 5 anos, contemplando os períodos de dezembro de 2026 a dezembro de 2030; • Os fluxos de caixa livre futuros são descontados pelo custo médio ponderado do capital (WACC) para o cálculo do seu valor presente; e • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a premissa que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano (“mid period”). Com base nas premissas e metodologia acima, os valores em uso estimados para as unidades geradoras de caixa foram superiores aos seus valores contábeis, tornando desnecessário qualquer impairment no valor dos ativos. **3.1.8. Direito de uso e passivo de arrendamento:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente, sua natureza “Custo dos produtos vendidos”/“Despesas Administrativas”/“Despesas Comerciais”, assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”. Na avaliação, são desconsiderados do escopo, conforme permitido pela norma, os arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses) e contratos com bens de baixo valor. Na identificação dos ativos de direito de uso nos contratos identificados como dentro do escopo são desconsiderados: • Parcela variável de pagamentos. • Contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável. • Contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo. • Contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancialmente sobre a definição do uso do ativo. Os arrendamentos que não se enquadram no escopo da norma são contabilizados mensalmente na competência da utilização do direito de uso arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como de arrendamentos mercantis, a Companhia registra um passivo de arrendamento que reflete os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. A amortização do ativo ocorre de acordo com o prazo de arrendamento, definido com base entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental que deve refletir o custo de aquisição em operações similares e aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que se refere ao prazo, valor, garantia e determinante econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. **3.1.9. Benefícios a empregados:** i) Benefícios de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ii) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta os indicadores financeiros e o atingimento de metas anuais. Com base na política de remuneração, são avaliados os percentuais de atingimento das metas e então, é calculado e contabilizado o valor do bônus que será pago aos empregados. **3.1.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) há obrigação presente ou não formalizada como resultado de

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelos valores que devem ser necessários para liquidar a obrigação ou contingência, inclusive de gastos com assessoria jurídica e encargos legais bem como correção monetária, quando aplicável. **3.1.11. Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas normas e alíquotas previstas na legislação vigente atribuída a cada apuração tributária. Voke e Seminovos sendo lucro real, as investidas Convex, CSI, Atta, Renter são apuradas sobre o lucro presumido e a Voke USA tem sua estrutura tributária baseada nos impostos federais e estaduais dos EUA. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferido não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (mil) anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Com exceção as Controladas Convex, CSI, Atta e Renter, que apuramos o lucro seguindo a legislação de lucro presumido e Voke LLC que tem sua estrutura tributária baseada nos impostos federais e estaduais dos EUA. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz a incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. **3.1.12. Receitas das locações, de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** As receitas registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, bem como as eliminações de receitas entre partes relacionadas e o ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes do reconhecimento de receita: **Receita de locação de equipamentos:** A receita de locação de equipamentos para a qual a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamento operacional. A receita de locação de equipamentos é reconhecida mensalmente pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. **Receita com prestação de serviços:** A receita de prestação de serviço de TI – Serviço de tecnologia contratado é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações do progresso do trabalho realizado. **Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços e ressarcimentos:** A receita com venda e ressarcimento de produtos (imobilizado) é reconhecida quando prováveis benefícios econômicos fluirão para entidade e as obrigações de desempenho do controle de tais ativos são transferidos para o cliente final. A entrega não ocorre até que o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia e suas controladas tenham evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **3.1.13. Resultado financeiro:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com tarifas, descontos concedidos, juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures entre outras despesas financeiras e são reconhecidos pela sua competência no resultado. A despesa de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.1.14. Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") do Grupo para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A Administração determinou que o CEO do Grupo é o CODM, responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e análise de informações sobre os resultados operacionais do Grupo, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Consequentemente, a Administração determinou que o Grupo possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. **3.2. Instrumentos financeiros – 3.2.1. Ativos e passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **I) Reconhecimento e mensuração:** O contábil a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, ou seja, no faturamento do período de locação utilizado e serviços de TI prestados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes, sem um componente significativo de financiamento, é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os passivos financeiros estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **II) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado). Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos ou passivos financeiros, e neste caso todos os ativos ou passivos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo ou passivo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR ou VJORA. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo ou passivo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR ou VJORA se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria.

períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados; As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes. Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: **•** Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **III) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios de titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.2.2. Compensações:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.3. Instrumentos derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia contrata, ocasionalmente, instrumentos financeiros derivativos não especulativos, unicamente para proteção da sua exposição à variação de índices, câmbio ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos e financiamentos. Adicionalmente a Companhia optou pela contabilidade de hedge (hedge accounting), evitando assim o descaçamento contábil na mensuração destes instrumentos. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de valor justo, a variação do valor justo é contabilizada no resultado do exercício e o item protegido (dividendo) é mensurado também ao valor justo por meio do resultado. Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo e reconhecida em outros resultados abrangentes é apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A parcela efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado, como resultado financeiro. O valor acumulado no ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados no ajuste de avaliação patrimonial são imediatamente reclassificados para o resultado. **3.2.4. Instrumentos financeiros por categoria:** A categoria dos instrumentos financeiros está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Valor justo por meio do resultado	162.083	168.759	162.744	171.409
Aplicações financeiras	162.083	168.759	162.744	170.110
Instrumentos derivativos ativo	-	-	-	1.299
Custo amortizado	276.180	179.405	274.063	238.149
Caixa e bancos	29.983	14.122	32.880	18.628
Contas a receber de clientes	96.980	89.838	150.332	146.076
Depósitos judiciais e cauções	1.013	912	1.279	1.215
Outros ativos	148.204	74.533	89.572	72.230
Total	438.263	348.164	436.807	409.558
Passivos				
Valor justo por meio do resultado	220	38	254	38
Instrumento derivativo passivo	220	38	254	38
Outros passivos financeiros	1.459.233	1.329.389	1.464.579	1.357.930
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.272.149	1.103.948	1.276.026	1.116.097
Fornecedores	37.341	56.872	52.069	77.204
Aquisição de controladas a pagar	110.445	128.789	110.445	128.789
Outras obrigações a pagar	39.298	39.780	26.039	35.840
Total	1.459.453	1.329.427	1.464.833	1.357.968

3.2.5. Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e bancos	29.983	29.983	14.122	14.122
Aplicações financeiras	162.083	162.083	168.759	168.759
Contas a receber de clientes	96.980	96.980	89.838	89.838
Depósitos judiciais e cauções	1.013	1.013	912	912
Outros ativos	148.204	148.204	74.533	74.533
Total	438.263	438.263	348.164	348.164
Passivos				
Fornecedores	37.341	37.341	56.872	56.872
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.272.149	1.404.861	1.103.948	1.158.489
Instrumento derivativo passivo	220	220	38	38
Aquisição de controladas a pagar	110.445	110.445	128.789	128.789
Outras obrigações a pagar	39.298	39.298	39.780	39.780
Total	1.459.453	1.592.165	1.329.427	1.383.968
	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e bancos	32.880	32.880	18.628	18.628
Aplicações financeiras	162.744	162.744	170.110	170.110
Contas a receber de clientes	150.332	150.332	146.076	146.076
Instrumento derivativo ativo	-	-	1.299	1.299
Depósitos judiciais e cauções	1.279	1.279	1.215	1.215

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Exposição	Risco	Controladora						
			Cenários						
			Base	I	II	III	IV		
			31/12/2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Total de ativos	237.415	-	35.375	44.219	53.062	26.531	17.687	17.687	
Aplicações financeiras	162.083	CDI	14,90%	24.150	30.188	36.226	18.113	12.075	
Depósitos judiciais e cauções	1.013	CDI	14,90%	151	189	226	113	75	
Outros ativos	74.319	CDI	14,90%	11.074	13.842	16.610	8.305	5.537	
Total de passivo	1.372.612	-	-	(204.519)	(255.649)	(306.779)	(153.389)	(102.260)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.239.166	CDI	14,90%	(184.636)	(230.795)	(276.954)	(138.477)	(92.318)	
Aquisição de controladas	110.445	CDI	14,90%	(16.456)	(20.570)	(24.684)	(12.342)	(8.228)	
Outras obrigações com ex-acionistas	23.001	CDI	14,90%	(3.427)	(4.284)	(5.141)	(2.570)	(1.714)	
Efeito				(169.144)	(211.430)	(253.717)	(126.858)	(84.573)	
	Consolidado								
			Cenários						
			Base	I	II	III	IV	V	
			31/12/2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Total de ativos	238.857	-	35.590	44.487	53.384	26.693	17.794	17.794	
Aplicações financeiras	162.744	CDI	14,90%	24.249	30.311	36.373	18.187	12.124	
Depósitos judiciais e cauções	1.279	CDI	14,90%	191	238	286	143	95	
Outros ativos	74.834	CDI	14,90%	11.150	13.938	16.725	8.363	5.575	
Total de passivo	1.376.503	-	-	(205.098)	(256.374)	(307.648)	(153.284)	(102.550)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.243.043	CDI	14,90%	(185.213)	(231.517)	(277.820)	(138.910)	(92.607)	
Aquisição de controladas	110.445	CDI	14,90%	(16.456)	(20.570)	(24.684)	(12.342)	(8.228)	
Outras obrigações com ex-acionistas	23.015	CDI	14,90%	(3.429)	(4.287)	(5.144)	(2.572)	(1.715)	
Efeito				(169.508)	(211.887)	(254.264)	(127.131)	(84.756)	

continua ...

Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Esses ativos e passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja divulgação na nota explicativa 3.2.6 para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Esses ativos e/ou passivos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** O desempenho da carteira que é avaliado e reportado à Administração da Companhia; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Voce S.A.

7 ESTOQUES

7.1. Composição dos estoques

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda		222	262	7.292	12.943
Estoque de equipamentos em poder de terceiros		795	795	880	992
Almoxarifado		1	1	1	1
Total		1.018	1.058	8.173	13.936

8 OUTROS ATIVOS

8.1. Composição de outros ativos

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Conta corrente 220 Capital Investimentos (Nota 21.1) (ii)		74.319	60.892	74.834	60.892
Crédito com ex-acionista Suprisul (iii)		8.187	-	8.187	-
Conta corrente Voce com Voce Seminovos (Nota 21.1) (i)		18.289	4.637	-	-
Conta corrente Voce com Convex (Nota 21.1) (i)		36.155	-	-	-
Conta corrente Voce com Atta (Nota 21.1) (i)		-	2.463	-	-
Conta corrente Voce com Renter (Nota 21.1) (i)		1.814	25	-	-
Conta corrente Voce com Renov (iv)		6.550	3.150	6.550	3.150
Conta corrente Voce com Suprisul (Nota 21.1) (i)		-	3.141	-	-
Conta corrente Voce com CSI (Nota 21.1) (i)		2.889	225	-	-
Outros créditos		1	-	1	-
Total		148.204	74.533	89.572	72.230
Circulante		61.419	22.796	61.934	30.983
Não circulante		86.785	51.737	27.638	41.247
Total		148.204	74.533	89.572	72.230

(i) O saldo a receber das controladas, são oriundos de custos compartilhados bem como venda de equipamentos seminovos e conta corrente entre as investidas para qual a Controladora mantém a intenção de aumento de capital. (ii) O montante junto a controladora 220 Capital Investimentos ("220 Capital") em sua grande maioria refere-se ao mútuo que será pago em parcelas trimestrais, no dia 6 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Sobre o valor de principal, incidirá remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) ao ano, calculada desde a data da assinatura deste contrato de 18 de setembro de 2023 com quitação em setembro de 2026. Além do mútuo citado, a Companhia tem a receber de sua controladora o montante de R\$ 24.432 decorrente dos custos compartilhados. (iii) O montante a receber junto ao ex-acionista da controlada Suprisul, refere-se a um crédito devido à Voce decorrente de transações com antigos acionistas, com data anterior a aquisição da investida. (iv) A Voce firmou um contrato com a empresa Renov, que prevê o direito de conversão em ações a partir de setembro de 2026. A Renov é especializada em soluções de trade-in que impulsionam as vendas no varejo de smartphones, tablets e outros eletrônicos. Para a Voce, o trade-in de equipamentos eletrônicos representa uma importante fonte de reposição de estoque, ampliando nossa capacidade de revenda e fortalecendo o ciclo de comercialização de produtos. Durante o exercício de 2025, foram realizadas movimentações financeiras da Controladora para suas controladas, resultando na formação de saldos a receber ao término do período. A Administração esclarece que tais montantes não possuem expectativa de liquidação financeira no curso normal dos negócios, uma vez que há a intenção de regularização desses saldos por meio de movimentações societárias, incluindo futuros aumentos de capital nas respectivas controladas após a compensação de eventuais saldos a pagar às suas controladas.

9 INVESTIMENTOS

9.1. Composição dos investimentos: Em 01 de julho de 2025 a Controladora incorporou sua investida Suprisul. As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme a seguir:

		31/12/2025		31/12/2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Seminovos		28.613	36.325	8.375	(16.087)
Convex		112.137	42.822	52.875	16.440
Voce LLC		603	-	2.308	(1.705)
Suprisul		-	-	-	3.200
CSI		15.513	4.192	12.630	(1.309)
Atta		30.623	2.706	14.481	13.436
Renter		7.129	3.062	2.580	1.487

9.1.1. Movimentação dos investimentos

		Seminovos	Convex	Voce LLC	Suprisul	CSI	Atta	Renter	Ágio e mais valia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		13.405	40.001	426	-	-	-	-	46.783	100.615
Resultado de equivalência patrimonial		(13.857)	22.636	(929)	6.496	(333)	1.400	138	-	15.551
Combinação de negócios - Patrimônio líquido		-	-	-	-	21.109	10.670	4.581	2.441	38.801
Mais valia e ágio sobre novas aquisições		-	-	-	-	-	-	-	-	87.062
Aumento de capital		8.808	-	2.029	3.500	2.293	8.500	-	-	25.130
Distribuição de dividendos para controladores		-	(9.764)	-	-	-	-	-	-	(9.764)
(-) Amortização de mais valia		-	-	-	-	-	-	-	(5.227)	(5.227)
Outras movimentações		859	-	108	-	-	-	-	-	967
Saldo em 31 de dezembro de 2024		9.215	52.873	1.634	31.105	12.630	14.481	2.579	128.618	253.135
Resultado de equivalência patrimonial		(16.087)	16.440	(1.705)	3.200	(1.309)	13.436	1.487	-	15.462
Aumento de capital		-	-	838	-	-	-	-	-	838
(-) Baixa por incorporação		-	-	-	(34.304)	-	-	-	(50.259)	(84.563)
Mais valia sobre a reavaliação dos PPAs		-	-	-	-	-	-	-	-	20.657
(-) Amortização de mais valia		-	-	-	-	-	-	-	(13.548)	(13.548)
Ajustes de avaliação patrimonial		(840)	-	(168)	-	-	-	-	-	(1.008)
Outras movimentações		-	2	4	(1)	-	-	-	(5)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(7.712)	69.315	603	-	11.321	27.917	4.067	85.463	190.974

10 IMOBILIZADO

10.1. Composição do ativo imobilizado

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes		74.054	75.812	122.816	135.163
Clientes a faturar		24.205	18.838	40.744	18.838
Contas a receber - partes relacionadas		6.031	1.372	-	-
(-) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber		(7.310)	(6.184)	(13.228)	(7.925)
Total		96.980	89.838	150.332	146.076
Contas a receber - circulante		94.600	87.458	124.662	125.660
Contas a receber - não circulante		2.380	2.380	25.670	20.416
Total		96.980	89.838	150.332	146.076

6.2. Apuração das perdas esperadas de contas a receber de clientes: A tabela abaixo detalha a linha de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com abertura dos títulos por dias em atraso:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a vencer		65.981	61.381	111.275	110.517
Vencidos em até 30 dias		7.925	3.520	8.786	4.840
Vencidos de 31 a 60 dias		1.891	1.012	2.656	4.012
Vencidos de 61 a 90 dias		1.269	835	2.144	1.492
Vencidos de 91 a 120 dias		1.459	3.346	1.810	1.147
Vencidos há mais de 120 dias		25.765	25.928	36.889	31.993
Títulos vencidos		38.309	34.641	52.285	43.484
Total		104.290	96.022	163.560	154.001

A tabela abaixo detalha a linha de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e o provisionamento de perdas esperadas para estes exercícios considerando a nova metodologia adotada:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Classificação de rating					
		Contas a receber	PECLD	% Provisão	Total
Clientes privados		70.998	(1)	0,0%	70.997
A		8.875	(65)	0,7%	8.810
B		2.479	(50)	2,0%	2.429
C		9.865	(6.491)	65,8%	3.374
D		13.236	(9.748)	73,6%	3.488
Total - Clientes privados		92.217	(6.607)	7,2%	85.610
Público		12.073	(703)	5,8%	11.370
Total		104.290	(7.310)	7,0%	96.980

Os clientes são classificados em quatro níveis de ratings, que variam de A até D, sendo os clientes classificados como rating A refletindo o melhor perfil de risco apurado e os clientes classificados com rating D refletindo o perfil de maior risco apurado.

Movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024		(6.306)	(7.892)	(6.306)	(7.892)
(-) Adições		-	(741)	-	(741)
(+/-) Reversões		86	129	86	129
(+/-) Perdas com créditos incobráveis (i)		36	579	36	579
Saldo em 31 de dezembro de 2024		(6.184)	(7.925)	(6.184)	(7.925)
(-) Adições		-	(1.264)	-	(5.515)
(+/-) Reversões		-	786	-	786
(+/-) Perdas com créditos incobráveis/(-) Recuperação de créditos baixados para perda (i)		138	(574)	138	(574)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		(7.310)	(13.228)	(7.310)	(13.228)

(i) Trata-se de títulos baixados para perda que foram recuperados pela Companhia. As perdas com créditos incobráveis referem-se aos títulos já reconhecidos como perda que a Companhia não tem a expectativa de recebimento. Sua movimentação não afeta o resultado e trata-se apenas de uma movimentação entre contas da rubrica de ativo, visto que o mesmo já foi provisionado para perda em períodos anteriores.



... continuação		Voke S.A.				
12 DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO						
12.1. Composição dos ativos de direito de uso						
Direito de uso sobre contratos de arrendamento						
Saldo em 1º de janeiro de 2024	15.821	16.597				
Atualização de valor contratual	2.900	4.438				
Adições de novos contratos	3.736	3.736				
Amortização do direito de uso	(7.543)	(8.395)				
Outras movimentações	(95)	(96)				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.819	16.280				
Atualização/(+) Reversão de valor contratual	(2.133)	(1.991)				
Amortização do direito de uso	(6.732)	(7.742)				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.954	6.547				
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o saldo consolidado é composto por R\$ 5.221 (R\$ 12.045 em 31 de dezembro de 2024) de arrendamento de imóveis e R\$ 1.326 (R\$ 4.235 em dezembro de 2024) de arrendamentos de máquinas, equipamentos e veículos.						
12.2. Composição dos passivos de arrendamento						
Direito de uso sobre contratos de arrendamento						
Saldo em 1º de janeiro de 2024	16.850	17.625				
Atualização de valor contratual	2.900	4.438				
Adições de novos contratos	3.736	3.736				
Principal pago	(6.644)	(7.547)				
Juros pagos	(2.652)	(2.809)				
Juros apropriados	2.809	2.809				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.842	18.252				
Atualização/(+) Reversão de valor contratual	(2.133)	(1.991)				
Principal pago	(7.703)	(8.662)				
Juros pagos	(1.412)	(1.715)				
Juros apropriados	1.412	1.715				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.006	7.599				
Total de arrendamento a pagar – circulante	3.330	3.563				
Total de arrendamento a pagar – não circulante	3.676	4.036				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.006	7.599				
Os contratos de operações de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. A						
14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES						
14.1. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures						
Banco	Modalidade	Taxas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo de captações realizadas em 2025			497.879	-	497.879	-
Risco sacado (i)	Risco Sacado	18,68% aa	4.996	-	4.996	-
Banco HPFS	Leaseback	14,60% aa	15.947	-	15.947	-
7ª NC Banco C6	Nota comercial	CDI + 4,65% a.a	8.154	-	8.154	-
Bocom BBM	4131	CDI + 4,25% a.a	2.631	-	2.631	-
Banco Safra	Nota Comercial	CDI + 3,32% a.a	10.286	-	10.286	-
Banco BNDES	Empréstimo	IPCA + 8,16%	50.160	-	50.160	-
8ª NC ABC	Nota Comercial	CDI + 4,25% a.a	9.957	-	9.957	-
Banco do Brasil	Empréstimo	CDI + 4,5% a.a	3.786	-	3.786	-
9ª NC BDMG	Nota Comercial	CDI + 4,5% a.a	31.737	-	31.737	-
11ª NC Conta Simples	Nota Comercial	8%	5.000	-	5.000	-
Banco BMG	Empréstimo	IPCA + 7,61% + 3,94% a.a	11.081	-	11.081	-
Banco CEF	Empréstimo	CDI + 3,66% a.a	53.206	-	53.206	-
Banco ABC	Conta Garantida	CDI + 4,91% a.a	3.000	-	3.000	-
4ª Deb	Debêntures	CDI + 6,00% a.a	283.347	-	283.347	-
12ª NC BNP	Debêntures	CDI + 12,68% a.a	4.591	-	4.591	-
Saldo de captações realizadas até 31 de dezembro de 2024			774.270	1.103.948	778.147	1.116.097
Banco do ABC	Empréstimo	CDI+7,60% a.a	-	-	661	-
Banco do Brasil	Empréstimo	CDI + 4,30% a.a	170.968	187.471	170.968	187.471
Banco Bradesco	Empréstimo	CDI + 5,61% a.a	-	5.368	-	5.368
Banco BNDES	Empréstimo	IPCA + 7,62% a.a	51.165	49.977	51.165	49.977
Banco CEF	Empréstimo	CDI + 3,73% a.a	51.745	67.352	51.745	67.352
Banco Daycoval	Empréstimo	19,17% a.a	2.655	2.655	2.655	2.655
Banco DLL	Empréstimo	20,56% a.a	4.385	7.361	4.385	7.361
Banco HPFS	Empréstimo	14,60% a.a	-	530	-	530
Banco Itaú	Empréstimo	CDI + 3,99% a.a	-	10.931	-	10.931
Banco Santander	Empréstimo	CDI + 3,72% a.a	2.871	6.221	2.871	6.221
Banco Sicoob	Empréstimo	CDI + 4,00% a.a	53.380	71.356	53.380	71.356
Banco Safra	Empréstimo	CDI + 4,40% a.a	2.577	12.381	6.454	23.581
Banco Safra	Empréstimo	14,85% a.a	-	-	-	288
1ª NC BTG	Nota comercial	CDI + 5,75% a.a	-	27.911	-	27.911
3ª NC	Nota comercial	CDI + 5,25% a.a	-	210.271	-	210.271
AGAU13	Debêntures	CDI + 4,5% a.a	260.244	258.010	260.244	258.010
5ª NC Santander	Nota comercial	CDI + 3,5% a.a	123.147	133.506	123.147	133.506
6ª NC BV	Nota comercial	CDI + 3,70% a.a	51.133	50.981	51.133	50.981
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			1.272.149	1.103.948	1.276.026	1.116.097
Circulante			342.663	255.225	346.540	263.650
Não circulante			929.486	848.723	929.486	852.447
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			1.272.149	1.103.948	1.276.026	1.116.097
(i) Dado que os acordos de risco sacado alteram os vencimentos das notas fiscais, a administração optou por classificar esses valores como empréstimos no balanço patrimonial. Para fins de fluxo de caixa, tais valores não são considerados parte do capital de giro operacional, sendo os pagamentos à instituição financeira tratados como atividade de financiamento. A instituição atua como agente de pagamento da Companhia, liquidando o fornecedor. Assim, os pagamentos ao fornecedor são registrados como saída operacional e entrada de financiamento, em valores iguais. Quando a Companhia quita o valor com a instituição, há uma saída de caixa na atividade de financiamento. Esses passivos são incluídos na reconlição da dívida líquida.						
14.2. Movimentação do saldo						
Saldo a Pagar em 31/12/2023	842.121	844.347				
Captações	702.333	723.813				
Amortização	(464.468)	(475.427)				
Juros pagos	(133.777)	(136.259)				
Juros provisionados	157.229	159.113				
Varição cambial	510	510				
Saldo a pagar em 31/12/2024	1.103.948	1.116.097				
Captações	542.494	542.494				
Amortização	(369.119)	(377.652)				
Juros pagos	(218.124)	(218.933)				
Juros provisionados	212.950	214.020				
Saldo a pagar em 31/12/2025	1.272.149	1.276.026				
14.3. Fluxo de amortização previsto						
Período	Controladora	Consolidado				
01/01/2026 à 31/12/2026	342.663	346.540				
01/01/2027 à 31/12/2027	449.801	449.801				
01/01/2028 à 31/12/2028	256.216	256.216				
Acima de 01/01/2029	223.469	223.469				
Total	1.272.149	1.276.026				
14.4. Transações financeiras: Em janeiro de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado da 1ª emissão de notas comerciais escriturais no montante de R\$ 26.222. Em março de 2025, a Companhia captou junto ao Banco HPFS o montante de R\$ 10.572 através de uma operação de leaseback, ao custo de 18,73% ao ano, com prazo total de 3 anos. Em março de 2025, a Companhia captou via emissão de notas comerciais junto ao Banco C6 o montante de R\$ 10.000, ao custo de CDI + 4,65% ao ano, com prazo total de 3 anos. Em abril de 2025, a Companhia captou, junto ao BNDES, recursos no montante de R\$ 49.616, dentro da linha FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos). A operação tem custo de IPCA + 8,06% ao ano, com prazo total de 16 anos e carência nos 3 primeiros anos. Em abril de 2025, a Companhia realizou a captação de R\$ 12.000 junto ao Banco Safra mediante a emissão de notas comerciais privadas. A operação tem um custo de CDI + 3,32% ao ano, com prazo total de 3 anos e amortização semestral. Em abril de 2025, a Companhia captou um empréstimo no valor de R\$ 5.000 junto ao Banco BOCOM BBM. O empréstimo tem um custo de CDI + 4,25% ao ano, com prazo total de 18 meses e amortização mensal. Em junho de 2025, a Companhia realizou uma operação de leaseback no valor de R\$ 8.834 junto à HPFS com custo de 9,98% ao ano com prazo total de 36 meses. Em julho de 2025, a Companhia captou recursos da linha BNDES FINAME no valor de R\$ 10.702 junto ao Banco BMG. O empréstimo tem custo de IPCA + 11,85% ao ano, com prazo total de 42 meses e carência nos 6 primeiros meses. Em julho de 2025, a Companhia realizou a captação de R\$ 10.000 junto ao Banco ABC mediante a emissão de notas comerciais privadas. A operação tem custo de CDI + 4,25% ao ano, com prazo total de 36 meses e carência nos 6 primeiros meses. Em julho de 2025, a Companhia realizou a liberação de R\$ 3.000 junto ao Banco ABC via o contrato de conta garantida. A liberação tem um custo de CDI + 4,91% ao ano. Em setembro de 2025, a Companhia captou um empréstimo no valor de R\$ 5.000 junto ao Banco do Brasil. O empréstimo tem custo de CDI + 4,5% ao ano, com prazo total de 12 meses. Em setembro de 2025, a Companhia realizou a captação de R\$ 31.000 junto ao BDMG mediante a emissão de notas comerciais privadas. As notas comerciais têm custo de CDI + 4% ao ano, com prazo total de 42 meses. Em outubro de 2025, a Companhia realizou a captação de R\$ 5.000 junto a Red Asset mediante a emissão de notas comerciais privadas. As notas comerciais têm custo de CDI + 12,68% ao ano, com prazo total de 12 meses. Em novembro de 2025, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 300.000. A operação possui prazo total de 48 meses, com remuneração correspondente a CDI + 6,00% ao ano nos primeiros 12 meses e CDI + 10,00% ao ano nos 36 meses subsequentes. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou um empréstimo de R\$ 53.000 junto à Caixa Econômica Federal. O empréstimo tem custo de CDI + 3,66% ao ano, com prazo total de 48 meses, sendo 6 meses de carência e 42 meses de amortização do principal + encargos financeiros. Em dezembro de 2025, a Companhia realizou o resgate antecipado da 3ª emissão de notas comerciais escriturais, no montante de R\$ 156.503. 14.5. Cláusulas restritivas – Covenants: Os contratos de arrendamento estão garantidos por alienação fiduciária dos bens adquiridos em estes recursos, e alguns contratos de capital de giro são garantidos por aval dos controladores. A Companhia detém diversas linhas de crédito com covenants						
taxa média de desconto nominal para os contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de 18,65% a.a.						
12.3. Cronograma de vencimentos						
Período	Controladora	Consolidado				
01/01/2026 à 31/12/2026	3.330	3.563				
01/01/2027 à 31/12/2027	1.424	1.609				
01/01/2028 à 31/12/2028	1.112	1.252				
01/01/2029 à 31/12/2029	1.034	1.069				
01/01/2030 à 31/12/2030	106	106				
Total	7.006	7.599				
12.4. Fluxo de amortização do direito de uso e arrendamento a pagar considerando a inflação do período: Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:						
	Controladora	Consolidado	2028 ou 2028	2028 ou 2028		
Controladora	2025	2026	2027	mais		
Consolidado	2025	2026	2027	mais		
Direito de uso	5.954	2.877	1.856	845		
Fluxo com projeção de inflação	6.095	3.006	1.930	879		
Varição – IGP-M	2.37%	4.50%	4.00%	4.00%		
Passivo de arrendamento	8.305	4.283	2.753	1.237		
Fluxo com projeção de inflação	8.502	4.476	2.863	1.286		
Varição – IGP-M	2.37%	4.50%	4.00%	4.00%		
Despesas com juros	(703)	(427)	(263)	(96)		
Fluxo com projeção de inflação	(720)	(446)	(274)	(100)		
Varição – IGP-M	2.37%	4.50%	4.00%	4.00%		
Amortização	(3.077)	(1.021)	(1.011)	(845)		
Fluxo com projeção de inflação	(3.193)	(1.082)	(1.058)	(879)		
Varição – IGP-M	2.37%	4.50%	4.00%	4.00%		
13 FORNECEDORES						
13.1. Composição de fornecedores						
	Controladora	Consolidado				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Fornecedores nacionais	37.341	56.872	52.069	77.204		
Total	37.341	56.872	52.069	77.204		
O saldo acima refere-se ao contas a pagar pela aquisição de novas empresas e será liquidado conforme abaixo. ■ O saldo a pagar pela aquisição da empresa Microcity Computadores e Sistemas Ltda., adquirida em 4 de janeiro de 2022 será corrigido com base na taxa de CDI + 0,2% ao mês até o seu efetivo pagamento, a ser realizado em 20 parcelas trimestrais e sucessivas iniciadas em 30 de setembro de 2022. Em agosto de 2025, as partes acordaram a postergação das parcelas originalmente vencíveis em setembro e dezembro de 2025, passando ambas a ter novo vencimento em 2 de janeiro de 2026. ■ O saldo a pagar pela aquisição da empresa Convex, em 01 de setembro de 2022 será corrigido com base na taxa de CDI + 1% ao ano até o seu efetivo pagamento, a ser realizado em 20 parcelas trimestrais e sucessivas iniciadas em 01 de setembro de 2023. ■ O saldo a pagar pela aquisição da empresa Suprisul, adquirida em 30 de abril de 2024 será liquidado em 5 parcelas iguais, anuais e consecutivas a partir do 1º aniversário do fechamento, ajustadas com base na variação do CDI nos respectivos períodos. ■ O saldo a pagar pela aquisição da empresa CSI, adquirida em 30 de agosto de 2024 será liquidado em 3 parcelas iguais, anuais e consecutivas a partir do 1º aniversário do fechamento, ajustadas com base na variação do CDI + 1,5% ao mês nos respectivos períodos. Em agosto de 2025, as partes acordaram pela postergação da primeira parcela, originalmente com vencimento previsto para agosto de 2025, que passou a ter nova data de vencimento em 2 de janeiro de 2026. ■ Saldo a pagar pelas aquisições das empresas Atta e Renter, ambas adquiridas em 01 de novembro de 2024 serão liquidadas em 5 parcelas iguais, anuais e consecutivas a partir do 1º aniversário do fechamento, ajustadas com base na variação do CDI até a data de seu efetivo pagamento. Em outubro de 2025, as partes acordaram pela postergação da primeira parcela, originalmente com vencimento previsto para novembro de 2025, que passou a ter nova data de vencimento em 01 de abril de 2026.						
16.2. Movimentação do saldo						
	Atta e Renter	CSI	Suprisul	Microcity	Convex	Total
1º de janeiro de 2024	-	-	-	116.730	21.496	138.226
Combinação de negócios	11.725	4.905	15.421	-	-	32.051
Juros provisionados	204	201	1.098	10.193	2.634	14.330
Pagamento de principal	-	-	-	(33.600)	-	(33.600)
Pagamento de juros	-	-	-	(22.218)	-	(22.218)
31 de dezembro de 2024	11.929	5.106	16.519	71.105	24.130	128.789
Juros provisionados	459	115	(692)	9.625	3.805	13.312
Ajuste no preço de aquisição	-	-	-	(9.761)	-	(9.761)
Pagamento de principal	-	-	-	(10.224)	-	(13.339)
Pagamento de juros	-	-	-	(183)	(8.373)	(8.556)
31 de dezembro de 2025	12.388	5.221	12.529	52.372	27.935	110.445
A Companhia, apoiada nos mecanismos existentes no Contrato de Compra e Venda referente à aquisição da empresa Convex, suspendeu os pagamentos das parcelas vencidas entre 1º de outubro de 2023 e 31 de dezembro de 2025. As suspensões foram amparadas por decisão judicial em caráter liminar. Determinados temas relacionados ao Contrato de Compra e Venda estão em discussão no âmbito de uma arbitragem, em que a Voke está no polo ativo. Em 31 de dezembro de 2025 os pagamentos continuam suspensos.						
17 OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR						
17.1. Composição de outras obrigações a pagar						
	Controladora	Consolidado				
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Outras obrigações com ex-acionistas (i)	23.001	34.239	23.015	34.253		
Superveniências ativas – PPA Convex	-	-	837	-		
Adiantamentos de clientes	-	-	76	1.124		
Conta corrente – Renter (Nota 21.1)	3.191	-	-	-		
Conta corrente – Atta (Nota 21.1)	6.540	-	-	-		
Conta corrente – CSI (Nota 21.1)	4.004	-	-	-		
Conta corrente – Convex (Nota 21.1)	-	-	4.538	-		
Seguro seller note	1.673	-	1.673	-		
Outras contas a pagar	-	90	227	391		
Total	39.298	39.780	26.039	35.840		
Circulante	34.884	20.386	21.611	16.432		
Não circulante	4.414	19.394	4.428	19.408		
Total	39.298	39.780	26.039	35.840		
(i) Refere-se a um saldo a pagar que a empresa Microcity, adquirida e incorporada, possuía com seu antigo acionista controlador. O saldo será pago em 60 parcelas mensais, com previsão de término em abril de 2027 com atualização por CDI + 2,43% a.a. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou e pagou juros no montante de R\$ 4.547 (em 31 de dezembro de 2024 R\$ 5.039) e amortizou o principal no montante de R\$ 11.238 em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024, R\$ 8.822).						
18 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES						
18.1. Provisões contingentes						
	Controladora	Total				
	Trabalhista	Cível	Tributário	Total		
31 de dezembro 2023	14.695	-	39.817	54.512		
(+) Adição por combinação de negócios (nota 1.2)	8.599	-	10.038	18.637		
(+) Atualização processual (i)	-	295	3.466	3.761		
(+) Atualização monetária (i)	1.532	-	879</			

... continuação									
Voke S.A.									
Controladora									
	31/12/2025	ORA (i)/Compensação	Resultado	31/12/2024	Resultado	31/12/2023	Resultado	31/12/2022	Resultado
Imposto diferido ativo:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (ii)	109.377	(332)	19.140	90.569	38.654	51.915	284	2.857	3.010
Provisão para perdas esperadas (impairment)	2.533	-	383	2.150	(40)	2.190	1.792	438	998
Provisão de participação nos lucros	3.124	-	1.508	1.616	(176)	1.792	291	480	480
Provisão de comissão - Comercial	-	-	(499)	499	19	480	-	-	-
Provisão contingência	46	-	46	-	-	-	-	-	-
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16	5.287	-	597	4.690	2.426	2.264	-	-	-
Hedge - instrumento financeiro derivativo	126	-	114	12	(272)	284	-	-	-
Amortização de mais valia (Microcity)	1.409	-	(302)	1.711	(423)	2.134	-	-	-
Amortização de mais valia (Suprisul)	722	-	436	286	286	-	-	-	-
Amortização de mais valia (CSL)	136	-	136	-	-	-	-	-	-
Amortização de mais valia (Atta)	273	-	273	-	-	-	-	-	-
Amortização de mais valia (Renter)	140	-	140	-	-	-	-	-	-
Total imposto diferido ativo	123.173	(332)	21.972	101.533	40.474	61.059			
Imposto diferido passivo:									
Depreciação econômica vs. fiscal	81.921	-	29.030	52.891	24.385	28.506	-	-	-
Imobilização leasing financeiro	-	-	(16.127)	16.127	9.811	6.316	-	-	-
Receita diferida de órgãos públicos	3.348	-	856	2.492	1.711	781	-	-	-
Amortização de ágio para fins fiscais - Microcity	16.769	-	4.908	11.861	4.908	6.953	-	-	-
Compra vantajosa (Convex) (ii)	4.883	-	-	4.883	-	4.883	-	-	-
Compra vantajosa (Suprisul)	9.693	-	3.887	5.806	5.806	-	-	-	-
Compra vantajosa (CSL)	3.423	-	(808)	4.231	4.231	-	-	-	-
Compra vantajosa (Atta)	3.136	-	3.136	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(6)	6	-	-	-
Total imposto diferido passivo	123.173		24.882	98.291	50.846	47.445			
Total líquido de IRPJ e CSLL diferidos		(332)	(2.910)	3.242	(10.372)	13.614			
Consolidado									
	31/12/2025	ORA (i)/Compensação	Resultado	31/12/2024	ORA (i)/Compensação	Resultado	31/12/2023	Resultado	31/12/2022
Imposto diferido ativo:									
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (ii)	109.377	(332)	19.140	90.569	-	38.654	51.915	284	2.857
Provisão para perdas esperadas (impairment)	2.533	-	383	2.150	-	(40)	2.190	1.792	438
Provisão de participação nos lucros	3.124	-	1.508	1.616	-	(176)	1.792	291	480
Provisão de comissão - Comercial	-	-	(499)	499	-	19	480	-	-
Provisão contingência	46	-	46	-	-	-	-	-	-
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16	5.287	-	597	4.690	-	2.426	2.264	-	-
Hedge - instrumento financeiro derivativo	126	-	114	12	-	(272)	284	-	-
Amortização de mais valia (Microcity)	1.409	-	(302)	1.711	-	(423)	2.134	-	-
Amortização de mais valia (Suprisul)	722	-	436	286	-	286	-	-	-
Amortização de mais valia (CSL)	136	-	136	-	-	-	-	-	-
Amortização de mais valia (Atta)	273	-	273	-	-	-	-	-	-
Amortização de mais valia (Renter)	140	-	140	-	-	-	-	-	-
Total imposto diferido ativo	123.173	(332)	21.972	101.533		40.474	61.059		
Imposto diferido passivo:									
Depreciação econômica vs. Fiscal	81.921	-	29.030	52.891	-	24.385	28.506	-	-
Imobilização leasing financeiro	-	-	(16.127)	16.127	-	9.811	6.316	-	-
Receita diferida de órgãos públicos	3.348	-	856	2.492	-	1.711	781	-	-
Amortização de ágio para fins fiscais - Microcity	16.769	-	4.908	11.861	-	4.908	6.953	-	-
Compra vantajosa (Convex) (ii)	4.883	-	-	4.883	-	-	4.883	-	-
Compra vantajosa (Suprisul)	9.693	-	3.887	5.806	-	5.806	-	-	-
Compra vantajosa (CSL)	3.423	-	(808)	4.231	-	4.231	-	-	-
Compra vantajosa (Atta)	3.136	-	3.136	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	(6)	6	-	-
Total imposto diferido passivo	123.184		24.882	98.734		50.846	47.445		
Total líquido de IRPJ e CSLL diferidos		(11)	100	2.799		(443)	13.614		
(i) ORA - Impostos diferidos constituídos sobre outros resultados abrangentes; (ii) Os saldos originalmente apresentados nas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram basicamente entre as naturezas: de "Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social" para "Compra vantajosa". As mudanças mencionadas não alteram o saldo líquido do imposto diferido.									
Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas, independentemente do seu reconhecimento como ativo no balanço patrimonial. Os prejuízos fiscais consolidados não estão sujeitos à prescrição e, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais em montante superior às diferenças temporárias tributáveis existentes na data-base. Ainda assim, há expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos pela geração de lucros tributáveis futuros e na reversão dos ativos e passivos que lhes deram origem. As estimativas de lucros tributáveis futuros baseiam-se no plano orçamentário e estratégico da Companhia, o qual considera premissas relacionadas ao crescimento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, refletindo as perspectivas da Administração quanto às condições econômicas e de mercado esperadas para os períodos subsequentes. 19.2. Conciliação das (despesas) créditos do imposto de renda e da contribuição social									
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição	(29.052)	33.082	(20.291)	40.247					
Aliquotas nominais IRPJ e CSLL calculados às aliquotas nominais	34%	34%	34%	34%					
Equivalência patrimonial	9.878	(11.248)	6.899	(13.684)					
Efeito de diferenças de aliquotas de imposto de entidades que não são lucro real			4.944	5.270					
Diferido sobre prejuízo fiscal não constituído	(33.100)		(38.710)	(3.550)					
Outras adições (exclusões) permanentes	14.956	(4.411)	15.097	(5.573)					
IRPJ e CSLL apurados	(3.009)	(10.372)	(11.770)	(17.537)					
IRPJ e CSLL Corrente	(99)		(8.860)	(7.165)					
IRPJ e CSLL Diferido	(2.910)	(10.372)	(2.910)	(10.372)					
Total de IRPJ e CSLL	(3.009)	(10.372)	(11.770)	(17.537)					
Aliquota efetiva	(10%)	31%	(58%)	44%					
As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas aliquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não apurou resultado fiscal tributário na Controladora, o montante de R\$ 99, apresentado no resultado do complemento de imposto de renda apurado a menor sobre o resultado da investida Suprisul, incorporada em 01 de julho de 2025. No consolidado foi apurado o montante de imposto de renda e contribuição social R\$ 8.860 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.165 em 31 de dezembro de 2024), pagos na data de vencimento. Não foi reconhecido ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais acumulados apurados na controlada Voke e em sua controlada Voke Seminovos, nos valores demonstrados abaixo:									
	Base		Efeito tributário		31/12/2025		31/12/2024		
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos - 31/12/2023	(26.874)		(9.137)						
Base negativa Voke Seminovos	(10.441)		(3.550)						
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos - 31/12/2024	(37.315)		(12.687)						
Base negativa Voke Seminovos	(16.500)		(5.610)						
Base negativa Voke	(97.353)		(33.100)						
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos - 31/12/2025	(151.168)		(51.397)						
21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS									
A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas na política interna da Companhia. 21.1. Saldos ativos e passivos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:									
	Contas a receber		Outros ativos		Fornecedores		Outras obrigações a pagar		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos									
Transação com controladora									
220 Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	74.319	60.892	-	-	-	-	-
Transação com controladas									
Convex (ii)	-	-	36.155	-	656	-	-	-	4.538
Suprisul (iii)	941	562	-	3.141	-	-	-	-	-
CSL (iii)	319	5	2.889	225	-	-	4.004	-	-
Voke Seminovos (ii)	4.747	805	18.289	4.637	147	142	-	-	-
Renter (iii)	-	-	1.814	2.463	-	-	3.191	-	-
Atta (iii)	24	-	-	25	-	-	6.540	-	-
Subtotal	6.031	1.372	59.147	10.491	803	142	13.735	4.538	-
Ativos e passivos com partes relacionadas	6.031	1.372	133.466	71.383	803	142	13.735	4.538	-
Consolidado									
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Ativos									
Transação com controladora									
220 Capital	74.319	60.892	-	-	-	-	-	-	-
Total de ativos com partes relacionadas	74.319	60.892							
(i) Os saldos registrados como contas a receber e fornecedores com a controlada Convex referem-se a transações comerciais de compra e venda ou prestação de serviços entre as empresas. O saldo registrado como outras obrigações a pagar refere-se a conta corrente entre as empresas com posterior conversão em dividendos. (ii) Os saldos registrados como contas a receber e fornecedores com a controlada Voke Seminovos referem-se a transações comerciais de compra e venda ou prestação de serviços entre as empresas. O saldo registrado como outras obrigações a receber refere-se a conta corrente entre as empresas com posterior conversão em aumento de capital da controlada. (iii) O saldo registrado como outras obrigações a receber com as controladas Suprisul, CSL, Renter e Atta referem-se a conta corrente entre as empresas com posterior conversão em aumento de capital da controlada. 21.2. Transações com partes relacionadas com efeitos na demonstração do resultado: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025									
e 2024 foram realizadas transações de compra e venda de equipamentos e prestação de serviços de armazenagem entre empresas do grupo conforme demonstrado na tabela abaixo:									
	Saldo realizado em		Saldo realizado em		31/12/2025		31/12/2024		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Vendedor									
Voke	4.659	7.241	-	-	-	-	-	-	-
Convex	1.293	4.295	-	-	-	-	-	-	-
Seminovos	251	651	-	-	-	-	-	-	-
Total de vendas	6.203	12.187							
21.3. Centralização de serviços administrativos: A Controladora faz rateios, com base em critérios definidos em estudos técnicos adequados sobre gastos compartilhados dentro da mesma estrutura e "back office". O Centro de Serviços Administrativos (CSA) não cobra taxa de administração nem aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados, repassando apenas os custos. As despesas de compartilhamento de infraestrutura e estrutura administrativa da Companhia com suas controladas em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 11.923 (R\$ 11.994 em 31 de dezembro de 2024). 21.4. Remuneração com pessoal-chave da administração: São consideradas pessoas chave todos os diretores que participam do processo decisório da Companhia. Importante destacar que a estrutura organizacional da Companhia não contempla cargos de Diretor Presidente ou Vice-Presidente.									
A remuneração das pessoas chave inclui salários fixos, benefícios, bônus e participações nos resultados da Companhia.									
	Controladora e consolidado		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2023		
Remuneração fixa	2.857	3.010							
Remuneração variável	438	998							
Benefícios	291	480							
Total	3.586	4.598							
22 RECEITAS LÍQUIDAS									
22.1. Composição da receita líquida									
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receita com prestação de serviços	443.878	435.913	529.099	500.146					
Receitas - Locação de longo prazo	421.452	409.814	497.477	473.833					
Receitas - Locação de curto prazo	13.504	16.937	22.475	16.937					
Receitas de serviços </									

... continuação

Voke S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Voke S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Voke S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PPA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA – Teste de valor recuperável (impairment) do ágio – Notas 3.1.7 e 11: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ágio (goodwill) de combinações de negócios totaliza R\$ 77.719 mil. A Companhia efetua, anualmente, o teste do valor recuperável do ágio, calculado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa elaboradas pela Companhia para determinação do valor recuperável, determinado pela abordagem do valor em uso, incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como: taxas de crescimento anual, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Esse tema foi considerado como um dos Principais Assuntos de Auditoria, tendo em vista a relevância do saldo de ágio, bem como pelo fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente as estimativas dos fluxos de caixas projetados e a mensuração do valor recuperável do ágio e, por consequência, as demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável do ágio. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e negócios, analisamos a razoabilidade dos modelos de cálculo utilizados pela administração para preparar as projeções, além das principais premissas utilizadas, como taxa de crescimento anual, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética dos modelos preparados pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com os orçamentos financeiros aprovados pelos responsáveis pela governança da Companhia, utilizados nas estimativas de fluxos de caixa para determinação do valor recuperável. Por fim, efetuamos leitura das divulgações nas notas explicativas. Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, na avaliação do valor recuperável para fins de teste impairment do ágio, são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

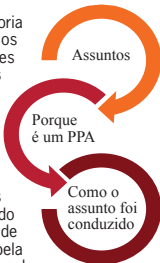
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador
CRC MG 091.301/O-2





Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.


www.datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/04/2026


 Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

